

IAOD da Deputada Song Pek Kei em 06.08.2015

O Governo da RAEM implementou o ensino integrado, a partir do ano lectivo de 2005/2006, para permitir aos alunos com necessidades educativas especiais, por exemplo, autismo, dificuldades de aprendizagem ou hiperactividade, terem aulas com outros alunos nas escolas normais.

Nos últimos 10 anos, o Governo tem investido grande volume de recursos para financiar, através da atribuição de um subsídio, escolas que estão dispostas a integrar alunos com necessidades educativas especiais, a fim de aumentar a qualidade dos respectivos docentes e do programa curricular, e prestar melhor ajuda a esses alunos. Esta política foi implementada há quase 10 anos, mas os resultados obtidos são pouco satisfatórios e até geraram muitas controvérsias.

Na expectativa do Governo, permitir aos alunos integrados estudar nas escolas normais podia ajudá-los a integrar-se na sociedade com maior facilidade. As ideias e os objectivos da política merecem o nosso reconhecimento, mas o ensino integrado é um processo sistemático que necessita de um conjunto de sistemas complementares de apoio para alcançar realmente os efeitos pretendidos, por isso, entre outros, o apoio familiar, o ambiente escolar, a formação de docentes e o quadro educativo são indispensáveis. Olhando para a situação e condições existentes em Macau, estas exigências já foram atingidas? Isto merece a nossa reflexão.

Em Macau, há quase 30 escolas a participar no ensino integrado, mas o desenvolvimento em geral é ainda muito lento, pois o Governo não determinou a forma concreta da sua implementação, o que dificulta às escolas a prestação de apoio ao desenvolvimento desta política. O Governo financiou os docentes em função para frequentarem cursos de formação, que têm uma duração relativamente curta, o que faz com que as pessoas duvidem da qualificação profissional desses docentes. Além disso, só há cursos para docentes, não havendo formação para o restante pessoal das escolas. Mais, nas escolas em causa há uma falta significativa de agentes de aconselhamento, terapeutas da fala e serviços terapêuticos especializados. Dada a insuficiência de *software* complementar, torna-se difícil para as escolas responder às diferentes necessidades de cada aluno, não sendo possível criar um ambiente ideal e adequado para o crescimento dos alunos, facilitador da sua integração na sociedade.

Portanto, ao escolher para os seus filhos uma escola com ensino integrado, a maioria dos pais não consegue julgar se esta pode ou não satisfazer as necessidades reais dos seus filhos. Normalmente, devido à preocupação da falta de vagas, os pais fazem cegamente a inscrição e, só após a entrada na escola, é que descobrem que o ensino integrado reside apenas em serviço e assistência especiais de forma geral, sem qualquer medida específica para esses alunos, o que lhes causa uma decepção. Aliás, a situação de “discriminação” existente

também é difícil de ser controlada.

Todos os estudantes, quer os do ensino integrado, quer os normais, têm o direito de receber uma boa educação. Concordo com o motivo inicial do Governo em promover a educação integrada, entretanto, o seu desenvolvimento desleixado levanta a preocupação de todos, que questionam se o modo actual corresponde ou não à necessidade desses estudantes, e isto merece a ponderação de quem toma as decisões.

Assim, sugiro que o Governo proceda a uma prévia avaliação sobre a eficácia desta política, distribuindo novamente os recursos em conformidade com a situação actual, por exemplo: elevar as qualificações profissionais dos professores, aumentar os sistemas complementares de apoio e prestar auxílio aos pais quanto à forma de requerer acesso a esse ensino. Mais, com a implementação simultânea do ensino integrado e especial, deve-se desenvolver, de forma predominante, a educação especial, passando a educação integrada a apoiar esta última, dando importância às necessidades particulares não só dos alunos com necessidades educativas especiais, mas também dos pais, e a uma avaliação sobre a adequação desses alunos. A ideia de “generalização do acesso ao ensino” é boa, mas o que faz sentido para o ensino especial é a ideia de um “ensino segundo a capacidade do aluno”.

**Alterar o Regulamento do Serviço Público de Parques de Estacionamento e
rever o regime de passes mensais**

Existem em Macau mais de 117 mil veículos que têm de partilhar mais de 14 mil lugares de estacionamento, por isso, deduzindo os mais de 4 mil 500 lugares destinados ao passe mensal e os lugares reservados pelos serviços públicos, a proporção entre veículos e lugares de estacionamento nos silo-autos públicos é de 100 para 8.68. Por isso, teoricamente, a taxa de utilização dos parques de estacionamento públicos por parte da população é inferior a 10%. As vias estreitas e a falta de lugares de estacionamento nos silo-autos públicos afectam a vida da população, no entanto, há mais de 30% de lugares de estacionamento que estão a ser utilizados por poucas pessoas. Com vista a maximizar o interesse público e a demonstrar o princípio de igualdade, apelo ao Governo e aos serviços competentes para que procedam, quanto antes, à alteração do Regulamento do Serviço Público de Parques de Estacionamento e à revisão do regime de passes mensais.

Actualmente, todos os regulamentos sobre a exploração de parques de estacionamento públicos são aprovados em conformidade com o Regulamento Administrativo n.º 35/2003 (Regulamento do Serviço Público de Parques de Estacionamento). Há 12 anos, o ambiente social, económico e do trânsito era totalmente diferente do de hoje. Naquela altura, para resolver o problema de 40 mil fracções desocupadas, quem comprava um imóvel por um milhão de patacas e tinha quinhentas mil patacas depositadas podia obter o direito à residência. Mas com às mudanças económicas e sociais registadas, o Governo suspendeu aquele regime em 2007. Segundo o mesmo raciocínio, no início do regresso de Macau à Pátria, a emissão de um número adequado de passes mensais baratos visava incentivar os residentes a utilizarem os silo-autos públicos, mas hoje em dia, atendendo ao preço elevado das rendas dos lugares de estacionamento e ao seu elevado valor de mercado, o regime de passes mensais já não se coaduna com as reais necessidades. Então, o Governo deve tomar como referência da suspensão da fixação de residência através da compra de casa e rever, atempadamente, o regime de passes mensais através da alteração do respectivo Regulamento.

Quando o Governo tem de resolver problemas difíceis utiliza sempre a desculpa do interesse público, exemplo disso são os táxis amarelos, que prestavam serviços há mais de 20 anos. O contrato acabou por razões de interesse público, e assim desapareceu a ideia de táxis por chamada telefónica.

Para, por razões de interesse público, se criar uma via exclusiva para os transportes públicos, terá de se mudar um cais no Porto Interior. Portanto, é perfeitamente possível que o Governo altere, ou suspenda até, por razões de interesse público, o regime de passe mensal, alvo de dúvidas de muitos residentes. O Regulamento do Serviço Público de Parques de Estacionamento

prevê que os passes mensais são intransmissíveis e podem ser renovados, mas esses passes não são eternos, portanto, o chamado regime de passe mensal “vitalício” é apenas desejo de uma das partes e não tem qualquer fundamento legal. Surgiram, no seio da sociedade, rumores de que uma diminuta minoria de pessoas com interesses adquiridos se opõe ao cancelamento do passe mensal. Na realidade, há sempre gente contra as políticas do Governo, por exemplo, contra a suspensão da política de fixação de residência através de compra de habitação, a cessação do contrato dos “táxis amarelos”, o aumento das rendas para os arrendatários endinheirados da habitação social ou a fixação de um regime para a sua saída, contudo, o Governo não pode sacrificar os interesses da maioria para assegurar apenas os da minoria.

Quanto à revogação do regime de passe mensal, o Secretário para os Transportes e Obras Públicas já disse coisas diferentes, por isso, há que esclarecer isso. Por exemplo, segundo o modelo de gestão das empresas concessionárias sob controlo do Governo, a quem pertence este passe mensal? Como se decide isto? O funcionamento é transparente? Que factores é que o Governo teve em conta quando fixou as tarifas do passe mensal? A transmissão de passes mensais faz incorrer o transmitente na multa de 5 mil patacas com perda do direito ao respectivo lugar de estacionamento. Quantas sanções foram aplicadas desde o retorno de Macau à Pátria? Quantos lugares são ocupados por viaturas dos serviços públicos e dos governantes? O Governo deve esclarecer e divulgar informações junto do público sobre todas estas dúvidas, para este poder fiscalizar.

A resolução dos problemas de trânsito é a principal acção governativa ligada ao bem-estar da população. Medidas como o aumento das tarifas do passe mensal “vitalício”, a não emissão de novos passes mensais depois da desistência dos já emitidos, e a criação de um horário flexível para os passes mensais que permita o uso dos lugares de estacionamento por terceiros, não conseguem resolver o cerne do problema. Se o Governo não alterar, atempadamente, o Regulamento do Serviço Público de Parques de Estacionamento e o regime de passe mensal, que já estão muito afastados das necessidades sociais, e suprir as insuficiências, optando apenas por “deixar de semear por medo dos pardais”, então, estará a fazer uma aplicação selectiva das leis, e a injustiça social vai continuar.

IAOD do Deputado Si Ka Lon em 06.08.2015

Melhorar a estrutura do Gabinete de Apoio ao Ensino Superior para apoiar o desenvolvimento do ensino superior

Com o desenvolvimento socioeconómico de Macau, o Governo deve continuar a otimizar as atribuições e as estruturas orgânicas dos serviços públicos. De acordo com os dados estatísticos, desde o ano de 2010 até ao final de Setembro de 2014, foram criados 9 serviços e entidades, reestruturados 21 serviços, e eliminadas 7 equipas de projecto e, ainda, 1 grupo de coordenação. O Governo está a implementar a política da “simplificação da estrutura administrativa e reajustamento do respectivo pessoal”, mas deve mesmo efectuar, com pragmatismo, as reformas necessárias nos serviços públicos.

O GAES foi criado em 1992, e a sua natureza como equipa de projecto foi, em 1998, alterada para gabinete técnico, responsável pelo apoio, acompanhamento e desenvolvimento do ensino superior da RAEM, com 12 atribuições. Nos últimos 20 anos, o GAES, enquanto gabinete técnico dependente da tutela do Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura, não foi responsável especificamente pela concretização da política do ensino geral, apenas pela gestão dos assuntos do ensino superior, sendo esta a sua estrutura orgânica: tem um coordenador, coadjuvado por um coordenador-adjunto, não possui departamentos nem divisões, e apenas foram criadas várias equipas de projecto em diferentes áreas. Com uma estrutura administrativa tão simples, é difícil captar quadros excelentes e experientes, por não encararem perspectivas de desenvolvimento.

O ensino superior de Macau passou por mais de 30 anos de desenvolvimento. Quando se criou o GAES, este serviço apenas apoiava uma instituição de ensino superior; actualmente, apoia 10, sendo 4 públicas e 6 privadas. Mais, de acordo com os dados estatísticos deste serviço, no ano lectivo de 1995/1996, existiam 616 docentes a leccionar nas instituições de ensino superior de Macau e 6786 alunos registados; no ano lectivo de 2013/2014, existiam 1941 docentes a leccionar nas instituições de ensino superior de Macau, que disponibilizavam 278 cursos, e 29 521 alunos registados. Verificou-se um aumento exponencial no número de instituições de ensino superior, alunos, docentes e cursos disponibilizados, e, para enfrentar a complexidade das questões e garantir a qualidade do ensino, alargou-se de forma acentuada o âmbito de gestão do GAES.

A sociedade está muito preocupada com a proposta de lei do “Regime do ensino superior”, actualmente em análise na Assembleia Legislativa. Este regime irá, nomeadamente, garantir a qualidade deste ensino, formar docentes e talentos, alterar a organização dos cursos e a gestão das instituições de ensino superior, e o apoio a estas, assim como irá introduzir o regime de avaliação do ensino superior e, através do Fundo do Ensino Superior, aplicar os respectivos mecanismos de financiamento, sendo estas duas novas funções aditadas à competência do GAES.

A avaliação do ensino superior é a forma principal de garantir a sua qualidade; e o financiamento do ensino superior é a linha orientadora para o seu futuro desenvolvimento. Para se coordenar com o desenvolvimento contínuo do ensino superior e implementar sem sobressaltos a proposta de lei relativa à revisão do Regime do ensino superior, o Governo deve conceder apoios técnicos e administrativos, pois há toda a necessidade de actualizar a estrutura e as funções do GAES.

O ensino superior é um âmbito específico do sistema educativo. A coordenação e o tratamento de assuntos relacionados com o ensino superior devem ser efectuados por um serviço especializado, prática comum nos regimes educativos de muitos países e territórios. Assim sendo, proponho o aperfeiçoamento da estrutura interna do gabinete técnico do GAES, e a reestruturação das equipas de projecto, criando departamentos, divisões, etc., segundo as respectivas funções administrativas concretas. Isto vai criar canais de promoção para o seu pessoal, e vai fazer com que as diversas instituições de ensino superior, bem como docentes e alunos, consigam obter os necessários e aperfeiçoados apoios administrativos, para responder ao aumento contínuo das exigências ao nível da diversificação, modernização, internacionalização, etc. do ensino superior, e impulsionar o desenvolvimento da actividade deste nível de ensino.

IAOD dos Deputados Chui Sai Peng e Kou Hoi In em 06.08.2015

Manutenção do desenvolvimento sustentável através da política demográfica

Apresento esta intervenção em meu nome e em nome do Deputado Kou Hoi In.

Recentemente, a China publicou o “Livro azul da Competitividade da Cidades Chinesas”. No item da competitividade geral, Macau ficou no 9.º lugar entre 294 cidades do continente, mas no lugar 232 no item “crescimento geral”. Segundo alguns analistas, o desenvolvimento económico de Macau depende, basicamente, do exterior, portanto, quando surgem mudanças no ambiente externo, a estrutura industrial cujo sector predominante é o jogo é afectada. No último ano, as receitas brutas do jogo registaram quebras durante 14 meses consecutivos, o que vem comprovar aquela tese. Como as receitas ainda não estão abaixo da “linha de alerta”, não é necessário recorrer a medidas de austeridade, mas entretanto, o Governo da RAEM deve “pensar nos perigos futuros em tempos de paz”, preparando-se sempre para manter a competitividade.

A escassez de terrenos tem sido um obstáculo para o desenvolvimento de Macau, tal como estrutura e quantidade dos recursos humanos, que são, precisamente, o núcleo desse desenvolvimento. No Relatório do Estudo sobre a Política Demográfica de Macau, publicado recentemente, refere-se “a quantidade insuficiente e baixa qualificação dos recursos humanos de Macau têm sido apontadas como o principal factor limitador do desenvolvimento económico de Macau”, portanto, para manter, de forma sustentável, a competitividade, a capacidade económica, emprego em número suficiente, e a garantir o bem-estar dos cidadãos, Governo e cidadãos devem basear-se nos factos e procurar soluções para superar os obstáculos que limitam o desenvolvimento, especialmente, aumentando a competitividade da estrutura demográfica, para que Macau, cuja economia depende basicamente do exterior, passe a ser, gradualmente, uma cidade com a sua economia virada para o exterior.

No início do ano passado, o Governo criou a Comissão de Desenvolvimento de Talentos, com vista a definir, planear e coordenar uma estratégia a longo prazo para a formação de talentos, bem como a conceber medidas e políticas de curto, médio e longo prazos para o efeito. Que se saiba, até ao final de Junho, estavam registadas na base de dados desta Comissão 6545 pessoas, 1523 das quais estão fora de Macau (a maioria está em Hong Kong, Taiwan e outras regiões vizinhas). Isto demonstra que não são poucos os talentos de Macau atendendo à nossa dimensão populacional, mas duvida-se que esse número seja suficiente para promover o desenvolvimento dos diversos sectores.

Com base na política demográfica, o Governo deve promover, quanto antes, políticas de curto, médio e longo prazo para a formação de talentos. A referida

Comissão, para além de formar e promover os talentos, deve tomar em consideração as exigências da diversificação das indústrias. Para além dos três grupos especializados - “planeamento e avaliação”, “programa de formação de talentos” e “incentivo ao regresso de talentos a Macau”, deve adoptar as práticas da China, Hong Kong, Taiwan e Singapura, criando, quanto antes, um plano de curto prazo para o desenvolvimento diversificado da indústria e para atrair elites a nível mundial para trabalharem em Macau, oferecendo salários e regalias elevados, por forma a acelerar e a elevar a competitividade geral de Macau e dos seus residentes.

Esta nossa intervenção permite dar a conhecer que os desafios que Macau está a enfrentar nada têm a ver com a luta entre os residentes mas sim com a competição com outras cidades. Para que a economia possa desenvolver-se rumo à sustentabilidade, e para que os residentes tenham uma vida melhor no futuro, temos de unir e reforçar a nossa equipa e ter por base os interesses gerais de Macau, transformando-a numa cidade internacional sustentável.

IAOD da Deputada Leong On Kei em 06.08.2015

O Gabinete de Estudo das Políticas divulgou, recentemente, o relatório do Estudo sobre a Política Demográfica de Macau, no qual se prevê que a população vai atingir as 750 mil pessoas em 2025, e se apresentam sugestões relativas a 5 áreas mais relevantes. Contudo, essas sugestões, na sua maioria, tais como a formação de quadros qualificados locais e a melhoria da política de protecção dos idosos, dizem respeito a problemas prementes que já existem e continuam por resolver, portanto, não conseguem o reconhecimento da população. O Governo deve, tendo em conta a situação de Macau, assumir uma visão prospectiva e definir uma política demográfica que corresponda às condições objectivas de Macau e que incida, sobretudo, no número, estrutura e nível da população, no sentido da sua articulação com o futuro desenvolvimento, permitindo, deste modo, o aumento da qualidade de vida dos residentes e o desenvolvimento sustentável e a longo prazo de Macau.

Actualmente, a esperança média de vida da população de Macau é, segundo os dados estatísticos, 85 anos, e prevê-se que a população idosa atinja os 16,3% em 2025, portanto, Macau será uma sociedade envelhecida. No entanto, é grande a discrepância entre as políticas e os cuidados médicos existentes para os idosos e as necessidades reais. Portanto, o Governo deve adoptar, quanto antes, medidas eficazes, tal como a implementação do regime de previdência central obrigatório, para aperfeiçoar o sistema de protecção dos idosos e fazer face aos desafios e impactos do envelhecimento populacional. Para além disso, dada a reduzida taxa de natalidade de Macau, o índice de dependência de crianças e jovens tem diminuído, enquanto o de idosos tem aumentado. No caso dos casais jovens, a habitação e a escassez de vagas nas creches, entre outras situações, afectam a decisão de ter filhos, por isso, o Governo deve adoptar políticas e medidas específicas para os encorajar a fazê-lo, pois só assim se poderá assegurar o futuro de Macau.

O Governo Central elevou o posicionamento de Macau para Centro Internacional de Turismo e Lazer e plataforma de serviços comerciais para a China e os Países de Língua Portuguesa, mas atendendo aos talentos locais existentes, será difícil satisfazer as necessidades desse novo posicionamento. As autoridades devem definir, quanto antes, um bom plano para a reserva de quadros qualificados, tais como intérpretes-tradutores das línguas chinesa e portuguesa, e profissionais para os sectores das exposições e convenções e indústrias criativas. Devem ainda formar os quadros locais necessários para o desenvolvimento socioeconómico de Macau, e adoptar medidas efectivas para atrair mais universitários que estudam no exterior a regressarem a Macau, por forma a elevar a nossa competitividade.

Finalmente, segundo o relatório, Macau continua a ter capacidade para receber mais turistas, no entanto, a população já sente que as ruas estão cheias de pessoas. Apesar dos cinco novos aterros que vamos poder utilizar no futuro, acredita-se que, atendendo ao ritmo do desenvolvimento social, só será possível

resolver parte dos problemas. Assim sendo, as autoridades devem definir, rapidamente, o limite máximo de recepção de visitantes e uma política demográfica científica, para, com base nesta, aumentar a oferta de habitação pública, melhorar trânsito, elevar o nível da educação, da assistência médica e, ainda, aperfeiçoar os serviços sociais. Só assim é que podemos fazer a face ao crescimento da população, e garantir e melhorar a qualidade de vida dos residentes de Macau.

IAOD da Deputada Chan Hong em 06.08.2015

Recentemente, foi publicado no Boletim Oficial o Despacho do Chefe do Executivo sobre a introdução de parquímetros de 10 minutos a partir de Setembro, mantendo-se as tarifas dos outros dois tipos de parquímetros. Na 1.^a fase, os NAPE, a Praia Grande e a Taipa serão zonas-piloto. Esta tarifa será revista meio ano depois de entrar em vigor. Após a divulgação, esta notícia tornou-se alvo de grande atenção da sociedade. Na minha opinião, o Governo deve ponderar o seguinte:

1. Deve-se fazer uma previsão adequada e adoptar medidas de resposta

Segundo os dados dos Serviços de Estatística e Censos, até ao final de Junho de 2015 havia 243 mil 966 veículos matriculados. Neste momento, em Macau, existem 30 e tal mil lugares de estacionamento público para veículos ligeiros, dos quais 27 mil são provenientes de 38 auto-silos públicos, e 8 mil 700 são lugares com parquímetros. Daí se vê que as instalações de estacionamento público não conseguem, evidentemente, acompanhar o aumento do número de veículos. Após a entrada em vigor da nova tarifa, a rotatividade dos lugares com parquímetros vai aumentar, mas muitos veículos terão de circular nas vias. Então, isso não vai aumentar a sobrecarga das vias públicas? São bastante insuficientes os lugares de estacionamento público dos auto-silos. Isto não contribui para aumentar a taxa de estacionamento ilegal? Vai ser revisto o regime do passe mensal dos auto-silos públicos? Esta medida vai ou não levar à subida significativa das rendas dos parques de estacionamento? Esta medida vai ou não afectar os trabalhadores e os moradores das zonas-piloto? O Governo deve estudar e esclarecer estas questões.

2. Reforçar a punição das infracções

Actualmente, as autoridades não punem rigorosamente as infracções verificadas nos parquímetros, quer sejam de duas horas, quer sejam de cinco. Após o lançamento da nova medida, quando o veículo estiver estacionado num espaço além das horas permitidas, será que os serviços competentes dispõem de recursos humanos suficientes para punir as infracções? Temos esta dúvida. Com vista a punir o abuso de estacionamento e a permitir a boa utilização dos espaços, os órgãos policiais têm de destacar muitos agentes para executar patrulhas sempre nas mesmas zonas e avisar, em tempo útil, as entidades da exploração para bloquear e remover os veículos indevidamente estacionados. Contudo, continuam a ser bem visíveis as situações de estacionamento ilegal e além das horas permitidas, e de haver carros bloqueados mas não removidos, situação que também é frequente. Assim, para aumentar a mobilidade dos veículos no

parqueamento, o Governo deve reforçar a punição das infracções e o problema é se os serviços competentes dispõem de funcionários suficientes para isto. Sugiro que as autoridades aumentem os profissionais e exijam às companhias de parques que colaborem com a actuação dos órgãos policiais, ou seja, preparem equipamentos suficientes para acelerar o bloqueamento e a remoção dos veículos.

3. Ponderar globalmente as políticas do trânsito

Para resolver as dificuldades de estacionamento, não é suficiente aumentar os lugares de estacionamento e elevar a mobilidade dos veículos, pois o Governo deve definir, quanto antes, uma política de trânsito eficaz, para controlar o aumento do número de veículos, ajustar os impostos e acelerar a substituição dos veículos antigos. Entretanto, o transporte público e o sistema pedonal também precisam de ser aperfeiçoados, tudo isto com vista a acabar com o caos do trânsito.

IAOD do Deputado Zheng Anting em 06.08.2015

O Plano urbanístico dos novos aterros destina-se a aliviar a pressão da falta de terrenos em Macau, a elevar a qualidade de vida dos residentes, etc., disponibilizando ainda amplos espaços para o futuro desenvolvimento da economia, aumento da população, planeamento urbanístico, construção de instalações de apoio ao trânsito, protecção ambiental, ordenamento paisagístico, etc..

Neste momento, as obras da zona A dos novos aterros estão a decorrer a ritmo acelerado, e é no planeamento do trânsito que se concentra mais atenção.

1. Segundo os planos da DSSOPT, a zona A tem uma área de apenas 1,38 km² e foi pensada para acolher 96 mil habitantes. Neste momento, a Taipa tem uma área de 7,6 km² para cerca de 98 mil habitantes. Assim sendo, a densidade populacional da zona A ultrapassa, em muito, a da Taipa.

2. A zona A foi concebida para ser o “portal urbano de Macau”, e segundo as previsões, depois de concluída a ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau, vão passar diariamente por esta zona entre 230 a 250 mil pessoas, e vai ser também grande o número de turistas a entrar em Macau através da zona A.

3. A oeste da zona A vai ser criada uma vila escolar e, futuramente, serão muitas as deslocações de alunos e encarregados de educação que vivem noutras zonas.

Podemos então constatar que o trânsito na futura zona A é uma preocupação que não pode ser descurada.

A DSSOPT tem de criar três intersecções desniveladas sobre o rio para fazer a ligação entre a zona A e a península de Macau, e a quarta passagem entre Macau e a Taipa vai ser a principal via de ligação entre a zona A e a Taipa. Neste momento, durante as horas de ponta, é grande o fluxo de veículos na Avenida do Nordeste, Avenida da Amizade e Ponte da Amizade, que acaba por provocar grandes engarrafamentos na zona de Hoi Pan, na Areia Preta, nas ligações à ponte, no centro da Taipa, e nas zonas periféricas dos NAPE. As autoridades devem retirar ensinamentos disto, ter sentido de risco, e proceder, quanto antes, a estudos e avaliações sobre a capacidade de suporte duma passagem sobre o mar e de um túnel, a fim de avaliar se quatro passagens sobre o mar são suficientes para dispersar residentes e turistas.

Para além disso, há duas semanas, o Director dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes, Li Canfeng, afirmou que seria bom aterrar o rio da zona A. Estou completamente de acordo, pois é uma forma de aumentar a área,

possibilitando planejar e resolver melhor o problema do trânsito e ainda do “mau cheiro”, que existe há já muito tempo naquela zona da Areia Preta.

Com o aterro do rio da zona A pode alargar-se a Avenida da Amizade, bem como fazer a harmonização com as zonas verdes e construir, por exemplo, um centro modal de transportes para autocarros, facilitando as deslocações do residentes até à zona A, aliviando a pressão do trânsito, e otimizando a saúde da população e a imagem da cidade. As autoridades devem estudar isso e pedir ao Governo Central autorização para aterrar os rios da zona A e da zona nordeste, no sentido de resolver vários problemas que preocupam a população. São estas as minhas opiniões e sugestões sobre o aperfeiçoamento do trânsito na zona A e para resolução dos problemas da vida da população, em relação às quais peço a consideração das autoridades.

Obrigado, senhor Presidente.

IAOD da Deputada Wong Kit Cheng em 06.08.2015

Não se pode atrasar mais o melhoramento das acções de protecção às vítimas de crimes sexuais graves

Recentemente, um estudante universitário foi detido pela prática do acto de atentado ao pudor. Este referiu que, durante um ano, praticou mais de 30 vezes este acto sobre algumas mulheres. Três jovens afirmaram aos órgãos de comunicação social que já tinham sido vítimas deste tipo de acto. Podemos reparar que existem muitos destes casos imorais ocultos na sociedade. Quem pratica crimes sexuais deve ser censurado gravemente, contudo, existe uma lacuna na legislação vigente de Macau sobre os “crimes sexuais”.

Actualmente, quem for vítima de actos de “atentado ao pudor” e “assédio sexual” só poderá apresentar queixa por “coacção sexual” e “injúria”, o que está desarticulado com a realidade actual, pelo que as vítimas acham que é inútil apresentar queixa. Mais, as vítimas facilmente desistem da queixa porque os procedimentos são muito complexos, dado que é uma acusação particular. Por outro lado, estes actos imorais estão frequentemente relacionados com jovens, e isso significa que a condição psíquica e os valores sexuais dos jovens estão gravemente desviados. Acredito que este problema está ligado ao grave atraso da educação sexual em Macau.

Pelo exposto, sugiro o seguinte:

1. O acto de atentado ao pudor deve ser criminalizado, o mais breve possível. Em relação à tipificação do acto de assédio sexual como crime público ou semipúblico, este deve ser diferenciado consoante as características do acto em si e a relação entre o autor e a vítima. Espero que o Governo prometa implementar uma consulta pública para legislar esta questão ainda no corrente ano, nomeadamente, definindo, em pormenor, os actos de atentado ao pudor e assédio sexual; e, quando as vítimas forem menores, os crimes devem ser públicos.

2. O Governo deve rever o Capítulo V do Código Penal, nomeadamente, os crimes contra a liberdade ou autodeterminação sexuais, assim como rever as penas constantes no referido Código, elevando algumas delas e alterando-as, para que tenham um efeito dissuasor.

3. Para melhor proteger as vítimas, antes de os actos de atentado ao pudor e assédio sexual constituírem legalmente um crime, o Governo deve efectuar a revisão das medidas vigentes, ou seja, para além do apoio judiciário, deve ajudar as vítimas a deduzir a acusação particular perante os suspeitos, para suprir a insuficiência das leis vigentes.

4. Deve ser criado um serviço independente responsável especificamente por: acompanhar melhor os casos de discriminação sexual e assédio sexual (quando ainda não constituírem um crime); combater estes actos; seguir o andamento da aplicação da lei e da resolução dos casos, e reforçar a divulgação e sensibilização

da igualdade de sexos.

5. Para intensificar a prevenção e os trabalhos de assistência, depois de o caso ter ocorrido, o Governo deve reforçar a assistência psicológica e ter um plano de acompanhamento dos arguidos que já foram condenados a uma pena, para corrigir a sua mentalidade, evitar a reincidência e ajudá-los a reintegrarem-se na sociedade.

6. Para reforçar a sensibilização da autoprotecção junto dos menores, o Governo deve investir mais recursos financeiros nas escolas, para estas promoverem o “plano de apoio sobre o ensino sexual”, e intensificar a formação dos docentes, para haver um curso especial de educação sexual, de forma a elevar o nível do seu ensino. Porém, este curso não deve ser limitado às escolas, mas alargado a todas as comunidades e famílias, para estas participarem em conjunto na divulgação e para aumentar a sua generalização através da realização de seminários específicos, assistência psicológica, exposições, consultas na Internet, etc.

IAOD do Deputado Ho Ion Sang em 06.08.2015

Todos sabem que as 3 pontes existentes em Macau estão sobrecarregadas face à crescente circulação de viaturas e, nas horas de ponta, há sempre congestionamentos e acidentes viários, por isso, é premente adoptar medidas para atenuar a pressão rodoviária entre Macau e a Taipa. Em 2006, o Governo já tinha proposto a construção da 4.^a passagem rodoviária Macau-Taipa, mas, quanto à sua forma de construção, ponte ou túnel, as discussões demoram há já quase 10 anos.

De facto, a sociedade chegou a consenso sobre a construção de uma 4.^a passagem rodoviária sempre aberta, por isso, a opção tendencial é, sem dúvida, um túnel, mas o Governo continua indeciso. Em 2011, este revelou que a 4.^a passagem rodoviária seria tendencialmente em forma de túnel... o comprimento total seria de 3,05km, com uma distância subaquática de 2,2km. O modelo de 2 entradas separadas com sentidos opostos ia favorecer a execução das obras e a ventilação. Mas o Governo ainda não decidiu e a sociedade não compreende a razão. A população está ainda com mais dúvidas sobre o seguinte: durante a 3.^a fase da consulta sobre os novos aterros, o Governo referiu que “tinha prestado atenção ao projecto da 4.^a travessia, que estava ainda em fase de concepção, visto que ainda não tinha decidido a sua forma de construção”. Recentemente, revelou que ia lutar pela apresentação, em Setembro, da concepção preliminar desta passagem rodoviária e sublinhou que a sua construção não se limitava a uma única forma. A população questionou sobre isto e criticou o Governo por estar a voltar ao ponto de partida e a exigir à sociedade que escolha, novamente, entre uma ponte e um túnel. Sem dúvida, o mesmo está a passar do principal para o secundário e a fazer trabalho à porta fechada, ignorando as exigências permanentes e comuns da sociedade.

Devido à entrada em funcionamento da Ponte Hong Kong – Zhuhai – Macau em 2017, segundo as previsões, à abertura do Novo Acesso Fronteiriço Guangdong-Macau, e ainda ao avanço do desenvolvimento do Cotai e de Hengqin, o trânsito entre Macau e a Taipa vai, com certeza, contar com uma nova onda de fluxo, que irá sobrecarregar a capacidade de recepção da rede rodoviária de Macau, surgindo até o risco de paralisação do trânsito. Por isso, a construção da 4.^a ligação rodoviária marítima trata-se de uma corrida contra o tempo, aliás, é muito urgente.

Assim, o Governo deve ter em conta: “um núcleo, duas vertentes de ofertas e três esferas”, para a construção de uma cidade verde onde seja agradável circular, e ainda a situação da implementação preliminar das obras subterrâneas na zona A dos Novos Aterros, bem como os resultados das obras e últimos estudos sobre a parte do túnel da Ponte Hong Kong – Zhuhai – Macau, para combinar tudo isto com a 4.^a travessia e proceder à plena demonstração científica da sua função e dimensão da construção. Este deve submeter o projecto de construção a discussão pública, permitir ao público a apresentação de opiniões e sugestões,

evitar as consultas desnecessárias e repetidas, reunir o consenso social e acelerar a respectiva construção. Ao mesmo tempo, o Governo deve absorver a lição dada com as concessões por traçado do Metro Ligeiro e proceder a uma concessão global das obras da 4.^a ligação, e empenhar-se em procurar, no país e no estrangeiro, empresas competentes, potenciais e experientes, a fim de assegurar o controlo do prazo, da qualidade e do custo das obras, para a 4.^a travessia aliviar a pressão do trânsito Macau-Taipa, desempenhar a função de repartir o trânsito face ao fluxo na ilha artificial do posto fronteiriço da Ponte Hong Kong – Zhuhai – Macau, e proporcionar uma ligação e um suporte para o desenvolvimento dos Novos Aterros, com vista a construir Macau como cidade habitável e mais adequada ao turismo, e a orientá-la para um desenvolvimento sustentável, criando uma cidade verde onde a população e os turistas se desloquem agradavelmente.

高天賜 梁榮仔 議員辦事處

GABINETE DOS DEPUTADOS JOSÉ PEREIRA COUTINHO E LEONG VENG CHAI

INTERVENÇÃO ANTES DA ORDEM DO DIA

A nível mundial, o número de pessoas com idade igual ou superior a sessenta anos tem crescido rapidamente, estimando que para o ano de 2025 atingem cerca de um bilhão e duzentos milhões, atingindo dois bilhões em 2050.

Recentemente, o Governo lançou mais um dos muitos documentos de consulta pública (período de consulta 30 de Julho a 12 de Setembro de 2015) relacionado com a protecção dos idosos, sob o lema de **“Promover sentimentos de segurança e de pertença, valorizando os idosos”**

No **”introdução”** do documento de consulta, diz-se que “Em tempos difíceis do passado, a população mais idosa de Macau esforçou-se incansavelmente em prol da construção da família e do desenvolvimento da sociedade tendo dado um grande contributo para criar as bases sólidas que permitiram à cidade progredir e tornar-se mais prospera”

Acontece que desde o estabelecimento da RAEM que o Governo tem desenvolvido políticas contrárias de apoio aos idosos quebrando a sua qualidade de vida e aumentando o sofrimento dos aposentados. Em Macau a vida está cada vez mais cara. As rendas continuam a ser extremamente elevadas e fora do alcance dos trabalhadores em activo e aposentados. A inflação continua elevada e os preços dos principais bens de consumo estão cada vez mais caros.

Cada vez mais idosos e aposentados são obrigados a deslocar ao interior do continente para adquirir e consumir alguns dos principais bens essenciais. Muitos idosos são também obrigados a residir permanentemente no interior do continente proliferando o crescimento da pobreza, da desigualdade e exclusão social derivado em parte da cultura geral do consumismo e generalização dos bens de ostentação na sociedade local.

São muitos os exemplos da degradação da qualidade de vida dos idosos e aposentados que poderíamos enunciar tais como a eliminação das pensões de aposentação e sobrevivência, o não pagamento integral das diuturnidades e subsídio de residência, actualização dos índices dos aposentados de acordo com os índices das categorias do pessoal no activo, incentivação dos idosos a residirem no interior do continente, falta de lares com qualidade, espaços de lazer e jardins para idosos, extrema demora nas consultas de especialidade no

高天賜 梁榮仔 議員辦事處

GABINETE DOS DEPUTADOS JOSÉ PEREIRA COUTINHO E LEONG VENG CHAI

hospital público, extremas dificuldades de acesso nos transportes públicos, (autocarros e táxis) limitados apoios aos idosos acamados, inexistência de sistema de regime obrigatório de previdência para o sector privado, insuficiência dos subsídios para idosos e invalidez.

De nada valem os futuros estudos integrados nas áreas de segurança social, saúde, habitação e aposentação dos idosos, se não forem resolvidos em concreto os actuais problemas que afectam os aposentados e idosos. Volvidos quase meio ano do exercício de funções dos novos secretários, muitos idosos continuam desesperados e começam a perder a paciência e a confiança depositada nos mesmos, aumentando a descritibilidade e reduzindo a esperança que tinham neste novo Governo.

Há dias, encontrei-me com vários idosos que afirmaram desinteressados na participação da presente consulta porque para além do Governo ter quase sempre mostrado desinteresse em resolver os actuais problemas que afectam a maioria dos idosos e aposentados como também acham que não terão mais dias de vida para assistir às eventuais mudanças políticas derivadas da actual consulta.

Consideramos fundamental que o idoso não deve sofrer discriminação de qualquer natureza devendo ser o principal agente e o destinatário das transformações a serem efectivadas através desta política de consulta procurando encontrar soluções para os seus actuais problemas.

Assim, entre outras medidas, sugerimos formas alternativas de participação, ocupação e convívio do idoso, proporcionando-lhe integração em geral na sociedade.

1. Priorizar o atendimento ao idoso em instituições públicas e privadas prestadoras do serviço;
2. Reformar, dotar, capacitar e reciclar os recursos humanos nas áreas de, assistência social, geriatria e gerontologia;
3. Implementar um sistema de informações uniformizado de apoio aos idosos actualmente disperso por vários serviços públicos que permita a divulgação da política geral de apoio aos idosos, dos serviços oferecidos, dos planos e dos programas para cada nível etário e consoante as diversas necessidades.

**高天賜 梁榮仔
議員辦事處**

GABINETE DOS DEPUTADOS JOSÉ PEREIRA COUTINHO E LEONG VENG CHAI

Muito Obrigado!

**O Deputado à Assembleia Legislativa da Região Administrativa Especial
de Macau aos 06 de Agosto de 2015.**

José Pereira Coutinho

IAOD do Deputado Leong Veng Chai em 06.08.2015

Segurança de escadas rolantes e elevadores em Macau

Nos últimos dias, ocorreram no Interior da China acidentes graves envolvendo escadas rolantes e elevadores, com vários feridos e mortos. Estes acidentes assustadores suscitaram a atenção social sobre a segurança de escadas rolantes e elevadores. Graças à comodidade destas instalações, o seu uso está generalizado, mas o seu perigo tem sido ignorado pela sociedade. Tudo isto se deve à falta de consciência sobre a segurança por parte dos utentes, e também à falta de reparação e fiscalização.

Ocorreram já em Macau vários acidentes envolvendo escadas rolantes e elevadores, e alguns destes deveram-se à avaria dos equipamentos. Felizmente, não provocaram, até ao momento, nem feridos graves nem mortos. Em 2013, implementou-se em Macau a Instrução para Apreciação, Aprovação, Vistoria e Operação dos Equipamentos de Elevadores, mas como esta Instrução carece de obrigatoriedade e força vinculativa, a que se junta a falta de disposições sancionatórias, não é possível fiscalizar as empresas responsáveis pela reparação e manutenção das referidas instalações. A mera dependência das inspecções destas empresas impossibilita a salvaguarda do funcionamento seguro dos equipamentos. A referida Instrução foi implementada há já mais de 2 anos, sendo então indispensável proceder à avaliação dos efeitos da sua implementação e recorrer à iniciativa legislativa para a sua melhoria, com vista a salvaguardar a segurança do público. Mas até ao momento não se verificou ainda qualquer acção e resposta por parte dos serviços competentes.

Segundo os dados estatísticos, há mais de 6000 escadas rolantes em Macau, e algumas delas são muito concorridas, nomeadamente, as da zona fronteiriça das Portas do Cerco, com um fluxo de mais de cem mil pessoas por dia. Isto constitui uma enorme carga para os referidos equipamentos e, assim, em caso de acidente grave, as consequências seriam inimagináveis.

Segundo alguns especialistas do sector, 60 por cento dos acidentes com escadas rolantes devem-se a manutenção e utilização inadequadas, o que revela a sua importância para a segurança, aliás, o nível técnico dos trabalhadores deste sector é até, indirectamente, um elemento para assegurar a segurança do público. É facto que o Curso de Formação e Certificação de Trabalhadores de Manutenção e Reparação de Elevadores ajuda a aumentar a especialização e as técnicas, mas destina-se apenas aos trabalhadores do próprio sector, afastando as pessoas interessadas neste trabalho e, assim, não se consegue aliviar a falta de pessoal nesta área. Tendo em conta o insuficiente número de novos trabalhadores no sector, e a pressão proveniente do aumento do número de elevadores e escadas rolantes na sequência da conclusão de mais hotéis e casinos de grande envergadura, é possível haver deficiências nos processos de inspecção e manutenção, constituindo um risco para a segurança do público. Segundo vários cidadãos, alguns elevadores voltam a ficar avariados, logo depois da sua

manutenção e inspecção. Acredita-se que isto tem a ver com a falta de pessoal do sector, portanto, o Governo necessita de assegurar um número suficiente de trabalhadores nesta área e dar-lhes oportunidades de promoção, elevando as técnicas dos mesmos, para reforçar a protecção da segurança do público.

IAOD da Deputada Kwan Tsui Hang em 06.08.2015

Registaram-se, recentemente, vários acidentes no Interior da China com escadas rolantes e elevadores, que provocaram mortos e feridos. Estes acidentes alertaram, novamente, a nossa sociedade, para a segurança e fiscalização de elevadores e afins.

Em Macau, a fiscalização regular das obras electromecânicas é quase nula. O “Regulamento de Segurança de Elevadores Eléctricos” regula apenas a concepção e fabrico de elevadores, enquanto as respectivas manutenção e reparação regulares e fiscalização dependem apenas de quem possui os equipamentos e do respectivo sector.

Por forma a responder às exigências da sociedade quanto à fiscalização da segurança dos referidos equipamentos, em Maio de 2013 foram lançadas as “Instruções para Apreciação, Aprovação, Vistoria e Operação dos Equipamentos do tipo Elevador”, e o Governo adoptou diversas medidas de fiscalização para as empresas, tais como a regulamentação sobre o funcionamento do sector, o regime de registo e declaração das empresas de reparação e conservação dos elevadores e afins, as exigências de inspecção anual e a apresentação do “Certificado de segurança de funcionamento dos equipamentos do tipo elevador (anual)”, que deve ser afixado para conhecimento do público, a inspecção aleatória à qualidade dos equipamentos inspeccionados, etc..

Após o lançamento destas instruções, o Governo afirmou que cerca de 90% dos elevadores foram inspeccionados regularmente e os respectivos certificados afixados nos termos daquelas instruções, portanto, estas conseguiram surtir os devidos efeitos. No entanto, não são obrigatórias e não foram definidas sanções, portanto, os restantes 10%, isto é, cerca de 600 elevadores, podem não as cumprir, o que demonstra que a fiscalização não consegue ainda responder às exigências da sociedade.

Segundo alguns residentes, são frequentes as avarias em elevadores de edifícios onde nunca é afixado o certificado de segurança de funcionamento, e em alguns casos não se faz a devida manutenção e reparação conforme as instruções, uma vez que os edifícios não têm conselho de administração e as empresas de administração não querem assumir responsabilidades. Há quem refira que alguns elevadores deviam ser substituídos pois têm peças já estragadas, mas como não é possível angariar dinheiro suficiente para o fazer, continuam a funcionar. Tudo isto são riscos para quem utiliza elevadores.

Segundo alguns profissionais do sector, mesmo quando as empresas de reparação e manutenção entendem que os elevadores têm de ser reparados, não podem legalmente suspender o seu funcionamento, apenas podem recusar-se a assinar o certificado de segurança de funcionamento, portanto, isto é um risco para os utentes.

As Instruções para Apreciação, Aprovação, Vistoria e Operação dos Equipamentos do tipo Elevador já estão em vigor há mais de dois anos, então, o Governo deve avaliar a sua eficácia e as falhas, e definir uma calendarização para a sua revisão, no sentido de se regular, quanto antes, sobre os equipamentos, elevadores, e empresas de reparação e manutenção, para se exigir que os elevadores só podem funcionar desde que tenham sido aprovados por profissionais habilitados através da assinatura do certificado de segurança de funcionamento, e para se aditarem as respectivas penalizações. Só com a regulação quer dos elevadores quer das empresas de reparação e manutenção é que se pode salvaguardar, efectivamente, a segurança dos residentes.

IAOD da Deputada Lei Cheng I em 06.08.2015

Devido às lacunas das políticas relativas à mão de obra não residente, na fase de grande desenvolvimento económico, os direitos dos trabalhadores locais foram violados a vários níveis, tais como, insuficiência de trabalho, instabilidade de emprego, aumento irrazoável dos salários sem acompanhar a inflação, e dificuldades de promoção, situação que é criticada há anos pelos cidadãos. Face à actual desaceleração económica, o Governo deve proceder à avaliação atempada das mudanças registadas no mercado de emprego, impor limites às aprovações de trabalhadores não residentes, concretizar o respectivo mecanismo de saída, organizar formação profissional e tomar medidas para apoiar os trabalhadores locais a agarrarem as oportunidades de emprego, com vista a assegurar que lhes é dada prioridade no acesso ao emprego. Contudo, nada disto foi feito.

Recentemente, trabalhadores da construção civil queixaram-se de que as obras onde trabalham ainda não estão concluídas mas não têm trabalho suficiente, e até foram despedidos sem justa causa, aliás, até foram recusados pedidos de emprego a trabalhadores locais. No entanto, os trabalhadores não residentes todos os dias têm trabalho. Nesta fase de desaceleração económica, os trabalhadores não residentes não só não saíram do mercado da construção civil como até aumentaram sucessivamente até 50.000 indivíduos, violando-se assim, completamente, o princípio da prioridade dos trabalhadores locais no acesso ao emprego. Os trabalhadores locais são substituídos quando os trabalhadores não residentes entram no mercado, uma situação injustificável que se verifica também noutros sectores.

A economia tende a piorar e os empresários já são mais cautelosos na contratação de pessoal, há mesmo empresas que acabam por fechar, não pagam o salário na totalidade, exigem aos trabalhadores o gozo de férias sem vencimento, e até os despedem. O impacto da economia sobre o mercado laboral está a sobressair, e nestes últimos dois meses a taxa de desemprego voltou a subir, o que é já um alerta. Mas o Gabinete para os Recursos Humanos (GRH) não restringiu as quotas para contratação de trabalhadores não residentes (TNR). Segundo os dados mais actualizados, em Junho foi ultrapassada a barreira dos 180 mil TNR (180 523) e as quotas atingiram o número de 212 381, e no 2.º trimestre registaram-se 4 632 novos TNR em serviços não-domésticos. O número de TNR é enorme, não reduziu mas antes aumentou, o que demonstra que aquele Gabinete não teve em consideração o ajustamento da economia na apreciação dos pedidos de contratação de TNR. Então, como é que o Governo vai salvaguardar o emprego dos locais?

Neste momento, existem mais de 180 mil TNR. Se existissem mecanismos rigorosos de apreciação dos pedidos de contratação e de saída dos TNR, e se as vagas diminuíssem, não seria possível aumentar o desemprego nem as

dificuldades em conseguir emprego. Infelizmente, existem muitos TNR, logo, a oferta é grande, por isso, não é de estranhar que os locais sejam os primeiros a ser despedidos.

Tendo em conta a subida da taxa de desemprego, o Governo deve proceder à avaliação dos eventuais impactos resultantes da deterioração da situação económica, à análise e ao estudo dos postos de trabalho adequados para os locais, à redução de TNR, à organização de formação especializada, e ainda definir mecanismos de saída dos TNR, com prazo definido e para cada posto de trabalho. Depois de expirado esse prazo, o GRH deve reduzir a proporção de TNR ou até indeferir as quotas para a sua contratação, a fim de salvaguardar o emprego e a mobilidade dos locais. Devem ser ainda proporcionados cursos de formação remunerados e técnicos, por forma a constituir uma reserva de técnicos para os diferentes ramos profissionais, bem como aperfeiçoar as medidas complementares de emprego, a fim de dar resposta a eventuais ajustamentos ao longo do desenvolvimento económico.

O Governo deve ser sempre prudente na gestão financeira

O Governo disse que ia prestar atenção à descida das receitas do jogo e que, caso se atingisse a linha de alerta, ia reduzir as despesas. Como o Governo nunca divulgou as informações respectivas, não sabemos como é que vai fazê-lo.

Parece que o Governo está a associar as receitas e os impostos do jogo às despesas governativas, e só quando aquelas registarem uma descida significativa é que vai proceder à redução das suas despesas. Não concordo com isto. O Governo deve ser sempre prudente na gestão financeira e poupar o que deve ser poupado. Não deve ser extravagante nos gastos quando as receitas e impostos do jogo são abundantes e reduzi-los quando estas diminuem. A prudência no uso do erário público é um princípio essencial que qualquer governo responsável deve cumprir.

Segundo as afirmações do Governo nestes últimos dias, este vai, provavelmente, reduzir as despesas, e a população está atenta para ver que medidas vão ser adoptadas. Alguns jornalistas colocaram a seguinte questão: a situação financeira do Governo tem implicações com muitos aspectos, então, como é que vai reduzir as despesas?

É de referir que, nos primeiros 5 anos do estabelecimento da RAEM, o orçamento rondava os 10 mil milhões de patacas, um montante inferior aos 15 mil milhões, só em 2005 é que as despesas públicas ultrapassaram, pela primeira vez, os 20 mil milhões (o orçamento inicial foi de 21,6 mil milhões). Portanto, até 2015, ou seja, num curto prazo de 10 anos, as despesas públicas atingiram os 83 mil milhões, um aumento de 300%. Esta expansão acelerada é de facto muito assustadora. E, como é evidente, a situação seria outra se os impostos do jogo não tivessem aumentado constantemente nos últimos 10 anos. E como é óbvio, quanto mais receitas, mais despesas. Não se pode usar o Plano de Participação Pecuniária como pretexto para justificar extravagâncias, basta ver que, este ano, foram atribuídas 9000 patacas por residente, isto é, um total de cerca de 6 mil milhões, portanto, um montante que representa uma proporção muito pequena da totalidade das despesas públicas. Onde é que foi gasto o dinheiro? Aumentaram-se as regalias sociais e a oferta de serviços, o que merece alguma consideração, mas se Macau deve ter grande governo que dá tudo ou um pequeno, de dimensão adequada e que só intervém quando deve, é um tema que deve ser discutido noutras instâncias mais altas. Devido ao aumento da oferta de serviços públicos, os departamentos do Governo foram empolados como células cancerosas, os funcionários públicos aumentaram de forma bastante rápida, e registaram-se grandes derrapagens orçamentais, nada que os residentes não estivessem à espera! Na prática, a maioria dos departamentos foram criados para recrutar certas individualidades, e não foi por isso que as tarefas passaram a ser bem feitas, com tantos departamentos, uns empurram as tarefas para os outros, e

os problemas não se resolvem, e como é natural, o empolamento dos departamentos é acompanhado de aumento do pessoal, todos dizem que estão muito ocupados, mas a verdade é que o número de trabalhadores é maior do que as necessidades, ou seja, a capacidade de gestão dos recursos humanos é péssima. Uso racional dos recursos humanos? Isto só pode ser piada. E o que mais se critica, claro, é a derrapagem orçamental das obras públicas. Quantas dessas obras são necessárias? E quais delas são desnecessárias? Ninguém controla. No caso das necessárias, qual é a sua dimensão? Os custos passaram por uma auditoria de resultados? Isto também é uma dúvida. O pior é que quando se trata de obras públicas surgem três maus fenómenos: derrapagem orçamental, incumprimento dos prazos e falta de qualidade. O excesso das despesas é de tal forma enorme que até nos faz tremer, pois não há fiscalização das finanças públicas, e os recursos públicos desperdiçados atingem números astronómicos.

Se o Governo quer apertar nas despesas sem afectar as regalias sociais, podemos ver porque é que o orçamento de 2005, que era de 21,6 mil milhões, num prazo curto de 10 anos aumentou para 83 mil milhões, e verificar, então, quais são os aumentos necessários e desnecessários. Partindo desta perspectiva, pode proceder-se a uma análise detalhada das irracionalidades e definir políticas para as reduzir, e acredita-se que a margem para redução é bastante grande, demonstrando assim que o Governo assume as suas responsabilidades financeiras. Independentemente de as receitas do jogo aumentarem ou diminuírem, a gestão financeira prudente é uma responsabilidade indeclinável do Governo.

IAOD do Deputado Chan Iek Lap no plenário de 06.08.2015

Segundo uma notícia recente, o Director da Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade de Macau, Prof. Deng Chuxia, frisou que vai ser criado, em Setembro do próximo ano, o Centro de Formação de Médicos Especialistas, para formar profissionais de saúde e elevar o nível de conhecimentos dos médicos. Este Centro pode desempenhar um papel importante e coadunar-se com o regime de credenciação dos profissionais de saúde que se encontra em elaboração, permitindo que médicos e enfermeiros possam especializar-se através da formação. Trata-se de uma boa notícia, pois o Centro poderá, pelo menos, colmatar as insuficiências de formação especializada em Macau.

No entanto, espero que a Faculdade de Ciências da Saúde da UM prepare e avance mesmo com a criação do Centro de Formação de Médicos Especialistas, pois Macau debate-se neste momento com falta de médicos especialistas. Em meados de Julho, na resposta a uma interpelação escrita do Deputado Leong Veng Chai, o director dos Serviços de Saúde, Lei Chin Ion, afirma o seguinte: *“verifica-se que a maior falta de médicos especialistas ocorre em especialidades como a cirurgia vascular, obstetrícia/ginecologia e oncologia, seguida da carência de médicos especialistas na cirurgia torácica, ortopedia, urologia e cirurgia plástica. São diferentes os níveis da procura de recursos humanos nos demais âmbitos das especialidades.”*, por isso, a criação do tal Centro é uma expectativa da população e corresponde a necessidades reais. Há mais de um ano para se preparar tudo, para definir os planos e os objectivos a atingir. Primeiro, há que começar por cursos para as áreas onde é maior a falta de médicos especialistas locais, por exemplo, na cirurgia vascular, oncologia, obstetrícia/ginecologia, cirurgia torácica, ortopedia e nefrologia. E para além disso, há que ter um plano contínuo sobre os internos a admitir, com vista a responder às necessidades de longo prazo. Os cursos não devem limitar-se a uma ou duas disciplinas e não devem ser admitidos apenas um ou dois formandos por disciplina, se for assim, será completamente impossível responder às necessidades da sociedade.

Sugiro então à Administração que envide os maiores esforços no apoio à UM para a criação do Centro de Formação de Médicos Especialistas, pois este tipo de formação exige apoio quer financeiro quer humano. Esperamos que os recursos públicos possam ser investidos adequadamente, portanto, há que dispor de planos concretos e segui-los, passo a passo, com vista à formação séria de médicos especialistas com bons conhecimentos teóricos e experiência clínica. Só assim é que será possível melhorar o nível da assistência médica e resolver a dificuldade em conseguir consultas médicas, quer de clínica geral quer de especialidade. Sugiro aos Serviços de Saúde que apoiem o trabalho clínico dos formandos proporcionando-lhes estágios, por forma a que possam contactar com mais casos clínicos e, assim, aumentar os seus conhecimentos, tornando-se, rapidamente, médicos especialistas.

Opiniões sobre as medidas para o “Plano de apoio a jovens empreendedores”

Para promover uma indústria diversificada em Macau e incentivar os jovens a seguirem o rumo do empreendedorismo, em 2013, o Governo criou, no seio do Fundo de Desenvolvimento Industrial e de Comercialização, o “Plano de apoio a jovens empreendedores”, com o objectivo de apoiar os jovens, de modo a diminuir a pressão financeira quando montam o seu primeiro negócio, emprestando-lhes dinheiro, que são obrigados a restituir. Actualmente, esse plano já está em vigor há 2 anos, e já é tempo oportuno de fazer uma avaliação e de melhorar as respectivas medidas. Assim, gostaria de lançar 3 opiniões sobre o funcionamento e as medidas desse plano:

Primeiro, quando o Governo não autoriza um pedido para o referido plano, deve fundamentar com mais detalhes o porquê da não autorização, para o requerente poder adquirir os devidos ensinamentos; ao mesmo tempo, deve organizar acções de formação ou actividades, com vista a ajudar os jovens requerentes com ideias inovadoras, mas sem experiência no âmbito da planificação de negócios. De acordo com os dados da Direcção dos Serviços de Economia, até meados do corrente ano, o Governo recebeu 587 pedidos de apoio para o referido plano, mas cerca de 1/3 não foi autorizado. Muitos jovens empreendedores referiram que os serviços deviam fundamentar em pormenor as razões da não aprovação dos pedidos. Mais, sugerem ainda ao Governo que aumente a transparência aquando da avaliação dos pedidos, dando aos jovens uma oportunidade de aprenderem a conseguir o referido apoio e, caso não seja autorizado, gostariam de saber quais as razões. Este ponto é muito importante, pois pode ajudar os jovens a adquirirem mais conhecimentos sobre as políticas e o mercado.

Segundo, com a entrada em funcionamento do Centro de Incubação de Negócios para os Jovens, o primeiro grupo de jovens empreendedores vai, muito em breve, passar a ocupar os seus espaços, e o Governo vai iniciar a promoção de actividades e acções de formação, o que facilita o intercâmbio, a troca de informações e a cooperação entre esses jovens. Julgo que o centro deve convergir os esforços dos vários serviços públicos para a organização de actividades de intercâmbio, convidando jovens empreendedores do exterior para, em debates, partilharem as suas experiências com os homólogos locais, a fim de alargar-lhes a rede de contactos pessoais e de negócios, e para que conheçam a situação do mercado das diversas áreas de actividade dos vários países.

A par disso, deve o Governo pensar já em como criar plataformas para promover, através da colaboração de associações e empresários, um programa de apoio que oriente os empreendedores a darem o seu primeiro passo, a

evitarem ciladas e a vencerem as dificuldades técnicas.

Além disso, desde a criação do programa de apoio a jovens empreendedores, muitos foram os projectos de apoio ao empreendedorismo e investimento lançados por empresas e organizações locais, só que nem todos tiveram por destinatários os jovens locais. Por serem poucos os canais de financiamento, sugiro que o Governo reforce as orientações políticas, absorva as experiências dos fundos de promoção do empreendedorismo e investimento do exterior, encoraje e impulsione a promoção do empreendedorismo e investimento por parte dos fundos e empresas locais, e crie plataformas de apoio, de forma a abrir oportunidades e plataformas para as empresas poderem alargar e solidificar o seu capital.

IAOD do Deputado Lau Veng Seng em 06.08.2015

Os talentos são os pilares do desenvolvimento e progresso social. E os jovens, enquanto nova força da sociedade, decidem a competitividade de qualquer estado ou território. Nestes últimos anos, Macau tem enfrentado oportunidades e desafios decorrentes da cooperação regional, por isso, há que formar, quanto antes, uma nova geração de qualidade e bem preparada para o futuro.

Desde o retorno à Pátria e com a liberalização do jogo, a economia tem-se desenvolvido num ritmo bastante rápido, e as decorrentes rápidas mudanças sociais tiveram impactos para a cultura, vida da população, educação, etc., que não podemos descurar, e estão a surgir, gradualmente, vários problemas. Os jovens são confrontados com empregos altamente pagos e de baixas exigências, por isso, muitas vezes abandonam os estudos, o que, a longo prazo, vai diminuir o nível cultural da população. Desde o Retorno que o reconhecimento da identidade nacional se tornou mais urgente, e os jovens, só depois de conhecerem a fundo a nossa história e cultura é que podem aumentar o seu sentido de pertença, e assim salvaguardar-se a estabilidade social. Têm-se registado repetidos casos de consumo de droga e actos de violência, entre outros, praticados por jovens, por isso, temos de dar mais importância à educação ética, inculcando-lhes noções de certo e errado e também valores de ética.

Para a nova geração, especialmente os alunos, ficar a saber mais sobre a realidade social, e preparar bem o seu caminho rumo ao futuro, sugiro às autoridades a organização de actividades de intercâmbio e aprendizagem durante as férias de Inverno e de Verão, nas seguintes vertentes:

1. “Amor à Pátria e a Macau” - organizar visitas a cidades revolucionárias antigas da China, por forma a aumentar os conhecimentos sobre a história, a incentivar a ligação à Pátria, a criar plataformas de intercâmbio e a reforçar o sentido de identidade.

2. “Visitas a cidades modernas” - organizar visitas de estudo a cidades desenvolvidas das proximidades, nomeadamente Taiwan, Singapura e Japão, por forma a que os alunos, através de visitas a instituições governamentais, aumentem a sua consciência cívica, promovendo assim a educação cívica, fomentando entre os alunos o respeito pela diversidade cultural para que ganhem consciência nacional quanto à manutenção da ordem social. Isto pode alargar horizontes e conhecimentos, proporcionando-lhes oportunidades de contacto para verem a importância do planeamento urbanístico prospectivo enquanto solução para os problemas de habitação e deslocação dos cidadãos, uma referência para a promoção da inovação e do desenvolvimento urbano.

3. “Consciência cívica e moral” - organizar acções de voluntariado em regiões subdesenvolvidas da China e acções comunitárias em Macau, por forma a que, através do conhecimento mais profundo da vida quotidiana do povo e dos residentes, elevarem os seus conhecimentos sobre o *status quo* e desenvolverem

valores morais e cívicos correctos.

Como as actividades que acabei de citar são realizadas através de contactos na vida quotidiana e de intercâmbio, conjugadas com a aplicação dos conhecimentos adquiridos nas aulas, creio que, os alunos podem ganhar mais experiência de vida, e se pode ainda prevenir, com eficácia, que sejam atraídos pelo mundo virtual, pelas drogas e pelo jogo, bem como pelo mundo do crime. Tudo isto contribui no sentido de criar uma sociedade estável e harmoniosa.